Controle social e Democracia Participativa

Marcela Dourado

"Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". O artigo 1º da Constituição descreve o sistema político adotado pelo Brasil, que é a democracia semidireta ou representativa. Esse modelo dá ao cidadão a possibilidade de intervir diretamente nas tomadas de decisão e no controle do exercício do Poder. A Constituição de 88 chegou a ampliar o papel do Ministério Público, tornando este, um instrumento de garantia da democracia representativa e do controle social.

É importante esclarecer o que se entende por controle social, que é a atuação da sociedade, de forma individual ou coletiva, para manutenção da democracia. Dessa forma, o Ministério Público é uma ferramenta desse processo, já que "Quando a população traz as suas denúncias de irregularidades e ilegalidades para Ministério Público ela está aí fazendo o seu papel de controle social e órgão vai atuar como advogado dos direitos e interesses dessa sociedade", explica Janaína Sieber, servidora pública com atuação na Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco.

Uma das maneiras de se fortalecer a democracia na sociedade e exercer esse controle social é por meio da participação popular. As pessoas que têm vontade de causar mudanças positivas têm organizando através de ONGs ou instituições que tenham como objetivo cobrar dos setores públicos as demandas da população. Esses projetos expandem a força da população, que muitas vezes não acredita ter poder de decisão em questões que tangem a sua cidade, ou até mesmo o seu país. As ações desses movimentos populares vão além do modelo de democracia que se contenta apenas com o voto, pois têm com o objetivo de que a cidadania ultrapasse o momento das eleições.

Um exemplo de como a população tem se organizado para fazer ações para cobrar dos órgãos públicos melhorias é o movimento **Frente de Luta Pelo Transporte em Pernambuco (FLTP)**. Criado no ano de 2012, partiu de uma necessidade dos seus membros da existência de uma atuação contínua com relação a defesa do transporte público de qualidade. "A frente de luta pelo transporte público surgiu quando nós formávamos um coletivo chamado CAP, comitês contra aumento da passagem, apenas para lutar contra o aumento da passagem. Então, todo ano quando tinha aumento da passagem a gente formava um coletivo momentâneo. Em

dezembro de 2012 a frente de luta surge na perspectiva de discutir o sistema de transporte como um todo.", explica Pedro Josephi, advogado e um dos coordenadores da **Frente de Luta pelo Transporte em Pernambuco**.

As principais ações da FLPT vão desde ações judiciais para barrar o aumento da passagem, até protestos em espaços públicos, como manifestações, passeatas e ocupação de órgãos públicos, além da atuação de divulgação e engajamento das pautas do movimento, através das redes sociais. Por causa de denúncias dos cidadãos, o trabalho da Frente de Luta pelo Transporte Público em Pernambuco já rendeu frutos na resolução de várias demandas do transporte público no estado, como a volta da circulação de ônibus com ar condicionado que estavam parados nas garagens. "Nós conseguimos, após denúncias. Colocamos a denúncia na imprensa e representamos ao Ministério Público, o que gerou um inquérito civil que forçou as empresas a colocar esses ônibus em circulação. Conseguimos colocar mais de 200 ônibus em circulação com ar condicionado. Isso foi graças a nossa pressão e da nossa articulação, tanto no Ministério Público quanto no Grande Recife."

Atualmente, as iniciativas da FLTP em execução são a criação de uma frente parlamentar em defesa do transporte na Assembleia Legislativa, o que permitirá que a ALEPE se debruce mais sobre as temáticas relacionadas ao transporte público, e a negociação com o governo para um projeto de lei para regulamentar o uso do ar condicionado em todos os ônibus da região metropolitana.

No entanto, para que existam denúncias e fiscalização dos órgão públicos pelos cidadão, é imprescindível que exista transparência. "A transparência é um pré requisito fundamental para que o cidadão possa fazer o controle social. Se a instituição não deixa você ter acesso aos dados é inviável que de fato aconteça controle social.", explica Janaína Sieber, servidora pública com atuação na Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco. Umas das formas de se conseguir informações sobre a transparência de órgãos públicos é através do Portal da Transparência, instrumento criado no ano de 2004, pela Controladoria Geral da União, para que os cidadãos possam praticar o controle social. Com a entrada da Lei de Acesso da Informação, em 2012, o cidadão também pode solicitar as informações que não estão disponíveis no Portal. "Caso tenha dados que não estão dispostos no portal transparência, mas população queira ter acesso, é preciso fazer uma manifestação no SIC,

Serviço de Informação ao Cidadão, que é um serviço previsto na Lei de Acesso à Informação. A ouvidoria do MPPE é responsável por esse serviço."

Pensando nessa questão da transparência, Raquel Lins, Cientista Política e especialista em Gestão Pública, criou uma ferramenta para facilitar a circulação de informações que poderiam facilitar a fiscalização pelos cidadão. Em 2014, surgiu o Orbe Político, um projeto que começou de forma pequena e hoje é uma referência de ferramenta para o controle social. "Eu aproveitei que todo mundo tem acesso às redes sociais e eu decidi que queria essa área. Comecei a compartilhar notícia de bons exemplos no Facebook, o que está funcionando no setor público, e criei também um grupo para discussão. Em 2015 surgiu Operação Lava-jato e logo depois surgiu também os primeiros estudos sobre transparência. Com isso, eu comecei a investir em torno de R$ 20.000,00 para impulsionar notícias". Raquel fez a página de instrumento conscientização. Casos de denúncias muito graves, principalmente denúncias que eram do interior do estado, informações sobre resultados de transparência, avaliações ruins de planejamento de governo, tudo isso ela impulsionava para a população ficar sabendo o que estava acontecendo na educação e na saúde, que possuem serviços muito precários não só em Recife, como em todo o país.

Não satisfeita, em 2018 Raquel lançou o Pernambuco Transparência, um portal de circulação de informação que permite que a população tenha acesso a possíveis irregularidades. "Eu lancei o Pernambuco Transparente, exatamente aproveitando toda a experiência que eu tinha, e descobri que eu queria lutar pelo serviço público e também que, exatamente por termos um cenário de corrupção e de baixa eficiência, eu fiz muito mais por ele estando fora dele".

Para que a população aplique o controle social, também é necessário haja uma ação em conjunto com órgãos públicos, como explica a chefe de gabinete da Ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco, Raíssa Monteiro, "Qualquer instituição pública por mais forte seja, ela não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Se você quer otimizar a atuação do Ministério Público a melhor forma exercendo o controle social. Por que é o cidadão é que está em todos os espaços e ele deve trazer as irregularidades ao Ministério, quando as detecta."

Um agente muito importante, até historicamente falando, nessa manutenção da democracia é o próprio jornalismo, que vêm passando por fortes modificações por conta da predominância do conteúdo digital. “Acho que para o jornalismo é preciso de uma rediscussão, porque ele está sofrendo uma mudança muito grande. A sociedade acordou para o problema da corrupção, que é sistêmica no país”, afirma Raquel, que acredita que o jornalismo independente é o mais indicado para que possa exercer a finalidade de controle social.

A eficiência das ferramentas de controle social depende essencialmente da capacidade de mobilização da sociedade e do seu desejo de contribuir. É necessário que consciência de classe seja instaurada, com mais frentes de luta, para garantir mais direitos à população, que a sociedade entenda que a fiscalização é um dever, e a importância de cada assumir a tarefa de participar da gestão governamental, de exercer o controle social dos órgãos públicos. É importante que tudo isso seja sempre discutido e debatido pelos meios de comunicação, que tem como maior objetivo informar a população. Pois, como acreditava o filósofo John Locke, todo homem ao nascer possui direitos naturais - à vida, à liberdade e à propriedade -, e se o Estado não garante tais condições, a população tem o direito de se revoltar.